

Agricultura familiar e cooperativismo: uma experiência de inclusão social por meio do trabalho em Carvalhos/MG

Ana Livia de Souza Coimbra, D.Sc., professora da Faculdade de Serviço Social (UFJF), Ex-Coordenadora da ITCP/UFJF, analivia.coimbra@ufjf.edu.br

Mariana Costa Carvalho, graduanda em Serviço Social (UFJF), estagiária na ITCP/UFJF, marianaufjf@yahoo.com.br

Abstract

This article presents the determinative ones, principles and development of the project “Contribution for the Social Inclusion of Small Agricultural Producers Through Technological Improvements and of the Popular Cooperativismo”, executed for the Technological Incubadora of Popular Cooperatives of the Federal University of Juiz De Fora, in partnership with the EMBRAPA/Gado de Leite and the EMATER/MG, with resources of the MCT/CNPq. The actions, developed in Muquém, agricultural zone of Carvalhos/MG, had consisted as answers to the necessities of 28 agriculturists who searched an alternative collective of magnifying of the production and overcoming of the agricultural exodus. In cooperative, the integrant ones had participated of workshops, orientações and diagnostic for assembly of a ration plant, directed for two axles: Planning and Practical management of autogestionário popular enterprise and of handling in the areas reproductive, nutricional and sanitary. Assisted for professors, learning and technician of the areas of Agronomy, Countable Architecture, Sciences, Right, Economy, Engineering of Production, Medicine Veterinary medicine, Psychology, Service Social and Zootecnia, the group has lived deeply principles as autonomy, democracy, equality, self management, solidarity, human development and preservation of the environment, beyond participating of the collective construction of a knowledge that approaches university and groups exclude.

Keywords: Familiar agriculture; Popular Cooperativismo; Social technology.

Resumo

Este artigo apresenta os determinantes, princípios e desenvolvimento do projeto “Contribuição para a Inclusão Social de Pequenos Produtores Rurais Através de Melhorias Tecnológicas e do Cooperativismo Popular”, executado pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Juiz de Fora, em parceria com a EMBRAPA/Gado de Leite e a EMATER/MG, com recursos do MCT/CNPq. As ações, desenvolvidas em Muquém, zona rural de Carvalhos/MG, constituíram-se como respostas às necessidades de 28 agricultores que buscavam uma alternativa coletiva de ampliação da produção e superação do êxodo rural. Em cooperativa, os integrantes participaram de oficinas, orientações e diagnósticos para montagem de uma fábrica de ração, direcionados por dois eixos: Planejamento e gestão de empreendimento popular autogestionário e Práticas de manejo nas áreas reprodutiva, nutricional e sanitária. Assessorado por docentes, discentes e técnicos das áreas de Agronomia, Arquitetura, Ciências Contábeis, Direito, Economia, Engenharia de Produção, Medicina Veterinária, Psicologia, Serviço Social e Zootecnia, o grupo tem vivenciado princípios como autonomia, democracia, igualdade, autogestão, solidariedade, desenvolvimento humano e preservação do meio ambiente, além de participar da construção coletiva de um conhecimento que aproxima universidade e grupos historicamente excluídos.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Cooperativismo popular; Tecnologia social.

1. Introdução

As experiências universitárias de assessoria a grupos populares na formação de coletivos de trabalho autogestionário representam importantes iniciativas de articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Uma dessas experiências tem se materializado nos programas e projetos desenvolvidos pelas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP's), que têm buscado fortalecer e socializar os princípios relacionados à denominada economia solidária.

As ITCP's surgiram no Brasil no início da década de 90 do século XX, em um contexto de crise do Estado na formulação e implementação de políticas públicas, de inserção dos trabalhadores nas formas tradicionais de emprego e de ampliação dos índices de desemprego. Na verdade, expressões fenomênicas da crise estrutural do capital, que se abateu sobre o conjunto das economias capitalistas, e não somente no Brasil, a partir do início dos anos 1970 (ANTUNES, 1999).

Resposta da universidade brasileira aos problemas sociais relacionados ao trabalho, as ITCP's se organizaram para oferecer suporte à formação e ao desenvolvimento de experiências de geração de trabalho e renda, sob a forma de coletivos de trabalhadores em situação de desemprego, com vínculos precários ou em vulnerabilidade social que buscam suporte para acesso ao trabalho baseado em relações diferentes das do trabalho subordinado.

Na Universidade Federal de Juiz de Fora, foi criada em 1998 uma estrutura com esses objetivos. Vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFJF (Intcoop/SEDETEC/UFJF) estruturou-se com o objetivo de acompanhar coletivos de trabalho autogestionário, desde a sua sensibilização, mobilização e formação política, passando por sua formalização, organização do espaço produtivo, discussão das relações de trabalho, saúde e condições de trabalho, comunicação, planejamento e gestão. Para isso, participam professores e estudantes de graduação e pós-graduação das mais diversas áreas do conhecimento presentes na instituição.

A incubadora assessora dezesseis coletivos nas áreas de artesanato; coleta e reciclagem de resíduos sólidos; produção, beneficiamento e comercialização de alimentos; agricultura familiar; serviços. Além deles, também se inclui a Rede de Empreendimentos Solidários de Juiz de Fora e Região, que reúne vinte e sete coletivos. Entre esses se encontra a *Cooperativa de Produtores Rurais Unidos do Muquém*, que aqui apresentamos.

Em maio de 2004, um grupo de vinte e oito pequenos produtores rurais moradores de Muquém, zona rural do município de Carvalhos-MG, se uniu com o intuito de encontrarem alternativas para a falta de emprego na região (determinando o êxodo principalmente para São Paulo, perdendo, assim, o vínculo com a família e com a comunidade) e o fortalecimento da produção de milho, feijão, leite e derivados. Acompanhada pela Intcoop/SEDETEC/UFJF, a cooperativa é regida pelos valores e princípios da economia solidária. Em seu plano de negócio, encontram-se os objetivos de receber, transportar, classificar, padronizar, armazenar, beneficiar, industrializar e comercializar nos mercados locais e outras regiões a produção de seus cooperados, registrando as marcas de tais produtos, se for o caso; adquirir e repassar aos cooperados bens de produção e insumos necessários ao desenvolvimento de suas atividades; prestar outros serviços relacionados com a atividade econômica da cooperativa e apoiar a agricultura familiar como estratégia de implementação da economia solidária.

No ano de 2005, a equipe da Intcoop/SEDETEC/UFJF, em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária / Gado de Leite (EMBRAPA/Gado de Leite) e Empresa de Assistência

Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER/MG) elaborou um projeto no âmbito do Edital CT-AGRO/CT-HIDRO/MCT/CNPQ n° 019/2005. Aprovado pelo CNPQ na seleção pública de propostas para apoio a projetos de extensão e disponibilização de tecnologias para inclusão social.

As ações propostas buscaram socializar e disponibilizar conhecimentos e tecnologias. Conjugando diversas áreas do conhecimento, além do trabalho interinstitucional e do apoio do poder público municipal de Carvalhos, as ações têm seu término em setembro de 2007. Neste artigo, apresentamos os determinantes da elaboração e execução do projeto, bem como os princípios que o fundamentaram, os resultados e a análise crítica do trabalho desenvolvido, na expectativa que esta experiência possa se somar a outras incitativas de projetos sociais e solidários que, reafirmando os princípios da economia solidária, possam contribuir com a inclusão social e o desenvolvimento sustentável.

2. Os antecedentes, princípios e atores do projeto em questão

A agricultura familiar é um setor estratégico para a manutenção e recuperação do emprego, para redistribuição da renda, para a garantia da soberania alimentar do país e para a construção do desenvolvimento sustentável. Segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (2006), 13,8 milhões de pessoas distribuem-se em 4,139.369 milhões de estabelecimentos familiares, o que corresponde a 85,2% do número de estabelecimentos de agricultura no país. Embora numericamente superior no número de estabelecimentos, a agricultura familiar está presente em apenas 30,5% da área total de agricultura no país, contra 67,8% do setor patronal, 0,1% de instituições religiosas e 1,6% de instituições públicas. Apesar disso, cerca de 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira e 37,8% do valor bruto da produção agropecuária são produzidos por agricultores familiares. É ainda responsável por cerca de 80% das pessoas que trabalham na área rural, cerca de 18% do total da população economicamente ativa.

Somente os dados quantitativos em relação ao universo de pessoas, área ocupada e produtos envolvidos na atividade já seriam suficientes para justificar a elaboração de projetos que visem o fortalecimento da agricultura familiar. Sua importância eleva-se quando se considera que é possível a criação de oportunidades de trabalho local, reduzindo o êxodo rural, diversificação da atividade econômica e promoção do desenvolvimento de pequenos e médios municípios. No município de Carvalhos/MG têm ocorrido mudanças consideráveis para um grupo de agricultores com a execução do projeto que aqui apresentamos.

O município, com população estimada em cinco mil habitantes, localiza-se no sul do estado, na região da Serra da Mantiqueira. Com área total de 305 quilômetros quadrados, suas pastagens naturais possibilitam a criação do rebanho leiteiro, principal fonte da economia municipal. Na zona rural, encontra-se o distrito de Muquém, onde 28 agricultores familiares procuraram a Assistente Social da prefeitura solicitando apoio para se organizarem enquanto cooperativa. A profissional chegou à Intecoop/SEDETEC/UFJF e, após visita ao grupo, iniciamos o processo de incubação.

A produção de alimentos por meio da organização familiar se constitui em uma atividade econômica fundamental, sem a qual não há desenvolvimento. Comercializar a produção é uma etapa crucial, um dos elos mais importantes das cadeias produtivas do setor. E para concretizar satisfatoriamente esta etapa, a organização coletiva dos produtores rurais é uma saída para

geração de renda, aumentando a escala da produção, a diversificação e a estabilização das culturas e viabilizando a agregação de valores aos produtos.

Entretanto, a realidade da organização popular no campo, seja por falta de uma educação cooperativista, que se contraponha ao cooperativismo tradicional dos grandes proprietários, ou pela tradição que estimula e dissemina a cultura do individualismo, ainda está aquém do necessário. Se a organização popular no meio rural do nosso país é precária, a transferência de tecnologias sociais também o é.

A formatação do projeto procurou conciliar, então, a possibilidade de organização autônoma dos agricultores nos moldes da economia solidária, assim como construir com o grupo uma proposta que os colocassem na base da produção do conhecimento, dos métodos e técnicas difundidos pela Intcoop/SEDETEC/UFJF, num processo de troca e reconhecimento de saberes e de necessidades, que determina o tipo e a direção das demandas a serem atendidas. É propriamente esta concepção que aproxima economia solidária e tecnologia social.

Para Rutkowski (2005), as tecnologias sociais apresentam-se como uma alternativa à tecnologia convencional, cuja construção parte de um marco analítico-conceitual que se pauta na interdisciplinaridade, a pluralidade e a efetividade. Inserem-se na esfera de um mundo que busca alternativas de desenvolvimento para a humanidade e se contrapõe a um modelo dominante, baseado em uma estrita racionalidade econômica e em uma abordagem ortodoxa que deixa de lado tema como o meio ambiente, a diversidade cultural e o impacto do desenvolvimento econômico sobre os homens e mulheres dos países pobres. Na verdade, o termo *social* que acompanha a tecnologia marca a antítese à concepção de tecnologia que é apropriada pelo capital, onde se questiona quem produz e a quem se destinam os seus resultados.

A junção da tecnologia social com a economia solidária pode trazer bons frutos para os agricultores que se organizam em cooperativa. Quando esses empregam formas de trabalho artesanais ou tradicionais, atendem, em geral, consumidores de menor renda, em mercados locais ou regionais, oferecendo produtos de baixa sofisticação tecnológica ligados à cultura local. Há que se considerar, entretanto, que a qualidade dos produtos tem sido exigida pelo mercado. A agroindústria, de caráter familiar, pode então se constituir como uma possibilidade de ampliação do raio de inserção dos produtos no mercado. Porém, essa inserção traz consigo novas e rigorosas exigências tecnológicas e gerenciais que dificultam, até certo ponto, essa mesma inserção.

Na agroindústria de pequena escala, existe uma série de problemas que interferem na produtividade e na qualidade da produção. São eles: qualidade das matérias-primas, dimensionamento das linhas de produção e dos volumes produzidos, racionalização dos processos, higiene das pessoas e das instalações, consistência e uniformidade dos produtos, dificuldades para cumprir a legislação, dificuldades para aquisição de insumos e embalagens, dada sua escala de operação. Um outro problema é a capacitação gerencial dos pequenos produtores, visto que é uma mesma pessoa que toma as decisões de cunho administrativo, tecnológico e comercial do empreendimento (VILELA, 2001).

Assim, ao procurar um modelo que permita organizar de forma mais democrática grupos de produtores familiares, verifica-se que o cooperativismo popular é viável, pois além da criação de maior oportunidade de trabalho e de desenvolvimento econômico e social objetiva a quebra de práticas discriminatórias e de concentração de riquezas. Da mesma forma, ao ser incentivado pela instituição universitária há uma aproximação com um conhecimento que pode beneficiar os grupos.

O projeto articulou instituições, o poder público e o próprio grupo no desenvolvimento das ações. No caso das instituições envolveram-se a UFJF, a EMBRAPA/Gado de Leite e a EMATER/MG. No caso do poder público, a prefeitura municipal de Carvalhos.

Cada instituição participou do projeto reafirmando seus objetivos e princípios: a UFJF, por meio da Intcoop/SEDETEC/UFJF, propõe a construir uma metodologia de incubação de empreendimentos autogestionários, na cidade e no campo, elaborando e desenvolvendo uma tecnologia que visa a inclusão social, em conjunto com as classes populares; a EMBRAPA/Gado de Leite se propõe a viabilizar soluções para o desenvolvimento sustentável do espaço rural, por meio da geração, adaptação e transferência de conhecimentos e tecnologias, em benefício dos diversos segmentos da sociedade brasileira; a EMATER/MG busca promover a produção agropecuária e o bem-estar social, de forma participativa e interativa por meio da coordenação e execução de programas e projetos que possam melhorar a qualidade de vida da população do campo. A prefeitura de Carvalhos, que desenvolve trabalhos voltados para a área social, cede o espaço físico onde a cooperativa se instalou.

Docentes, discentes e técnicos das áreas de Agronomia, Arquitetura, Ciências Contábeis, Direito, Economia, Engenharia de Produção, Medicina Veterinária, Psicologia, Serviço Social e Zootecnia, estiveram diretamente envolvidos na execução do projeto. Os cooperados, entretanto, constituíram-se nos maiores protagonistas do projeto. Foram eles que direcionam as demandas a serem atendidas pelo projeto, assim como foram determinantes para que fosse organizado o conteúdo dos cursos, oficinas, reuniões e o projeto de instalação da fábrica de ração que se constituiu o ponto forte da produção e comercialização da cooperativa, conforme apontaremos.

3. Situação problema

Anteriormente à fundação da cooperativa, os vinte e oito membros dedicavam-se à produção de milho, feijão, leite e derivados. Após análise de mercado e estudo da viabilidade econômica do empreendimento, realizado conjuntamente pelos membros da equipe da área de planejamento e gestão, chegou-se à conclusão que uma fábrica de ração poderia trazer avanços para a cooperativa. Assim, os agricultores utilizariam a ração produzida para o consumo dos seus animais, barateando os custos, assim como também poderiam comercializar o excedente.

A autogestão efetiva da cooperativa e a necessidade de melhoria contínua da qualidade dos produtos foram os dois principais desafios enfrentados. Assim, baseando-nos no binômio gestão/planejamento, assistência técnica especializada com capacitação contínua e instalação de uma Fábrica de Ração, os problemas levantados puderam ser superados. A fábrica foi encarada como o núcleo de produção que propiciaria o manejo adequado de fabricação, na qual a manutenção dos equipamentos e o treinamento pessoal garantiriam a produtividade, tornando-se o ponto de equilíbrio entre o sucesso ou o fracasso dos empreendedores. Este trio (manejo, manutenção e treinamento) é a base para que a ração produzida possa ter uma qualidade satisfatória. Na união da tecnologia produtiva e de gestão e organização do empreendimento em forma de cooperativa popular, esta proposta tem contribuído de forma relevante para o fortalecimento da agricultura familiar e para a construção de novos paradigmas de desenvolvimento.

4. A formatação do projeto

OBJETIVOS:

a) Objetivo geral

Oportunizar o acesso ao conhecimento e à tecnologia que favoreçam melhorias dos indicadores de eficiência da produção de leite e de animais e a socialização de tecnologias de planejamento e de gestão de empreendimentos autogestionários aos pequenos produtores rurais da *Cooperativa de Produtores Rurais Unidos do Muquém*, otimizando a produção, gerando trabalho, renda e alternativas de inclusão social.

b) Objetivos Específicos

- Fortalecer a sustentabilidade socioeconômica da cooperativa por meio da formação em economia solidária e cooperativismo; gestão, administração financeira, comercialização e mercado por meio de acompanhamento de seu planejamento estratégico e desenvolvimento de plano de negócios;
- Promover a capacitação técnica dos cooperados em seu processo produtivo, disponibilizando conhecimentos e tecnologias de produção de forragem, manejo do rebanho e gestão da propriedade leiteira que contribuam para o aumento da produção de leite e de animais, de qualidade, com melhoria dos indicadores de eficiência produtiva;
- Caracterizar as propriedades leiteiras familiares representativas da região do Muquém, identificando os fatores restritivos ao aumento da produção e renda;
- Apoiar e orientar o acompanhamento mensal de propriedades demonstrativas de tecnologias e práticas de manejo e produção de forragem, manejo do rebanho e gestão da propriedade, utilizadas para capacitação técnica e gerencial dos produtores de leite;
- Constituir uma base de capacitação dos cooperados e alternativas de geração de trabalho e renda, através da implementação de uma fábrica de ração animal, possibilitando condições de melhorias técnicas e econômicas do empreendimento, através da ajuda mútua e autogestão;
- Fomentar no meio acadêmico a reflexão e sistematização das experiências, em particular sobre o processo de difusão tecnológica e seu impacto na autogestão, organização e viabilidade econômica de empreendimento solidário entre grupos populares.

METODOLOGIA:

A metodologia do projeto reafirma os três pilares que sustentam a Intcoop/SEDETEC/UFJF: 1) a construção de um espaço de inclusão das populações excluídas do mercado de trabalho, em situação de vulnerabilidade, melhorando tanto o acesso à renda quanto a sua distribuição; 2) a organização e fortalecimento dessas populações em formas associativas e cooperativas, estimulando o senso crítico, a autonomia, a independência e as potencialidades individuais e coletivas do grupo; 3) a formação de multiplicadores em economia solidária que possam socializar os seus princípios.

No caso específico da metodologia proposta pelo projeto, há um processo dinâmico e interativo, interdisciplinar e que destaca a disponibilização do conhecimento institucional produzido na formação e assessoria dos pequenos produtores em alternativas de organização econômica fundamentadas na igualdade de recursos e de poder e na solidariedade. Implica, ainda, em uma relação orgânica entre os envolvidos. O grupo tornou-se sujeito e não “público-alvo” ou mero “depositário” de projetos pré-concebidos. As ações foram discutidas e definidas com os membros em reuniões e baseadas no plano de negócios que foi construído em conjunto com os cooperados. Um princípio adotado é que a viabilidade econômica da cooperativa e sua inserção num mercado cada vez mais competitivo coexistem com as questões sociais, sendo determinantes a capacitação técnica dos cooperados, acesso à tecnologias e à gestão democrática. Dois eixos foram definidos para se agrupar as ações:

Eixo 1) Formação, planejamento e gestão de um empreendimento autogestionário

- Formação de conselho gestor, composto pelos beneficiários e equipe executora, para apoiar e avaliar as ações do projeto;
- Realização de cursos e oficinas:
 - a) *Associativismo e Economia Solidária*, com o objetivo de consolidar os princípios e a plataforma da economia solidária, características e finalidades do associativismo e redes solidárias de cooperação;
 - b) *Relações Humanas no Trabalho*, enfatizando a comunicação interpessoal, auto-estima e motivação, assertividade, conflito e negociação e desenvolvimento da criatividade;
 - c) *Gênero*, visando discutir a discriminação da mulher trabalhadora rural e a importância do trabalho feminino para o desenvolvimento rural sustentável;
 - d) *Empreendedorismo Cooperativo, Planejamento e Gestão*;
 - e) *Gestão de qualidade e boas práticas*;
 - f) *Administração financeira*.
- Desenvolvimento e acompanhamento do Planejamento Estratégico Participativo;
- Consultorias em gerenciamento administrativo, financeiro e contábil

Eixo 2) Práticas de manejo nas áreas reprodutiva, nutricional e sanitária, através da implementação de uma fábrica de ração:

- Definição das estratégias de trabalho com conselho gestor do projeto para selecionar as propriedades demonstrativas.
- Palestras técnico-motivadoras para os produtores; disponibilização de cursos (16 h, 20 vagas/curso) para produtores e técnicos; realizados 06 dias de campos para demonstração das tecnologias e resultados obtidos nas UDPLs
- Entrevistas e aplicação de questionários para avaliação dos indicadores de desempenho e identificação de fatores restritivos ao aumento da produção e renda
- As “PDs” foram usadas como referência para a troca de experiência e capacitação técnica e gerencial dos produtores, com ênfase gestão da propriedade. Os dados zootécnicos e contábeis serão controlados em planilhas, mensalmente.
- Encontros municipal e regional de produtores e técnicos, para disponibilização de informações, divulgação dos resultados obtidos e discussão de propostas de trabalhos futuros.

5. Avaliação dos resultados alcançados e considerações finais

As cooperativas de produtores rurais organizadas na perspectiva da economia solidária constituem grupos de produção familiar que adquirem uma significativa organização social, com possibilidade de melhoria das condições sócio-econômicas dos setores populares.

No trabalho realizado com a *Cooperativa de Produtores Rurais Unidos do Muquém* foi possível observar que a transformação agroindustrial tem possibilitado a agregação de valor à produção. No entanto, esta proposta pode ser ampliada com a criação de novas estratégias que visem a facilitar o acesso a tecnologias adequadas à pequena produção. Assim, foram desenvolvidas

ações voltadas para métodos de controle de qualidade apropriados à produção em pequena escala e gestão de logística, da qualidade e de custos dos processos produtivos.

Cabe ressaltar que a economia solidária não se constitui apenas como uma simples política econômica compensatória num mundo em crise do trabalho assalariado (BARRETO, 2003). Os que têm sido vivenciados pelos membros da *Cooperativa de Produtores Rurais Unidos do Muquém* se apóiam em valores distintos aos da economia capitalista, como autonomia, democracia, igualdade, autogestão, solidariedade, desenvolvimento humano e preservação do meio ambiente.

Conforme aponta Singer (2000), os princípios da economia solidária são eminentemente socialistas, se considerarmos que toda forma de organizar a produção, a circulação e o crédito, não são regidos pelos princípios capitalistas da competição, do individualismo, da hierarquia e da heterogestão, mas sim pelos princípios da solidariedade, da ajuda mútua, da democracia e da autogestão. Para nós, também significam a vivência, ainda que nos marcos da sociedade capitalista, do exercício de uma nova sociabilidade, que se fundamenta na idéia de transformação social.

Na atualidade, apesar da vitalidade dos grupos de trabalho autogestionário, visualizamos entraves para o seu desenvolvimento. Um deles é o marco regulatório do cooperativismo popular, especialmente o jurídico e o tributário, que tem penalizado as alternativas trazidas pelo trabalho autogestionário.

Um ponto importante que pode contribuir para o avanço da proposta de economia solidária é a presença do poder público que se materialize na elaboração de políticas públicas direcionadas ao atendimento de necessidades dos trabalhadores que se organizam através do trabalho autogestionário, possibilitando, por exemplo, acesso a crédito.

Avaliamos que a proposição de projetos universitários voltadas para criação e fortalecimento de grupos de trabalho autogestionário promovem, de fato, a construção coletiva do conhecimento além do acesso à universidade de segmentos da população brasileira que dela historicamente tem sido excluídos. Cabe também ressaltar o envolvimento de estudantes neste processo, que passam a colocar o trato da questão social no centro de sua formação profissional. Juntos, universidade e grupos populares assessorados, na construção de uma alternativa de inclusão social pelo trabalho autogestionário.

Referências

- ANTUNES, R., 1999. *Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- BARRETO, A., 2003. Cultura da cooperação: subsídios para uma economia solidária. In Souza, A., Cunha, G. & Dakuzaku, R, (organizadores) *Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária*. São Paulo: Contexto.
- DIEESE., 2006. *Estatísticas do meio rural* / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. São Paulo: DIEESE.,
- VILELA, S.. 2001. *Agricultura familiar e produção agrícola na contemporaneidade*. Disponível: www.gipaf.cnptia.embrapa.br/temas/prodagric/index.html. Consulta em 10 de janeiro de 2005
- RUTKOWSKI, J, 2005. Rede tecnologias sociais: pode a tecnologia proporcionar desenvolvimento social? In *Tecnologia e desenvolvimento social e solidário*. . LIANZA, S. & Addor, F (organizadores). Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- SINGER, P., 2000. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. Apud SINGER, P. & SOUZA, A. R. (org.). *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto.